

03
1

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA,
DA OGX MARANHÃO PETRÓLEO E GÁS S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A." ("Escritura de Emissão");

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

OGX MARANHÃO PETRÓLEO E GÁS S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliário ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Mahatma Gandhi nº 14, 3º andar (parte), CEP 20031-100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 11.230.122/0001-90, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora");

- II. como fiadora e principal pagadora das Debêntures ("Fiadora");

OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A., companhia com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 07.957.093/0001-96, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Fiadora"); e

- III. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da presente emissão ("Debenturistas");

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Companhia denominados como "Partes");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476,



04
1

de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 9 de janeiro de 2012 ("AGE da Companhia"), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

- 1.2 Adicionalmente, a Fiança OGX (abaixo definida) é outorgada pela Fiadora com base no artigo 13, inciso (xvii) do estatuto social da Fiadora, através do qual é excetuada a necessidade de aprovação da prestação de garantia (fiança) para a Emissora, subsidiária da Fiadora, pelo conselho de administração da Fiadora.

2. REQUISITOS

- 2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação da ata do ato societário.* A ata da AGE da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Diário Mercantil", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão e seus aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, tendo em vista a fiança concedida, a presente Escritura de Emissão será protocolada para registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, das sedes das Partes, na forma da legislação em vigor;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para, observado o disposto na Cláusula 5.6 abaixo, negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

- 08
1
- V. *dispensa de registro na CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento na CVM, exceto pelo envio de comunicação de encerramento da Oferta Pública com Esforços Restritos à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476, conforme modelo constante de seu anexo; e
- VI. *dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, apoio marítimo e apoio portuário para auxílio à exploração e produção de petróleo e gás no mar, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A Companhia poderá, ainda, para a consecução de seu objeto, participar do capital de outras sociedades ou, ainda, de consórcios com outras sociedades.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados, dentro da gestão ordinária de seus negócios, no desenvolvimento dos Campos de Gavião Real e Gavião Azul, localizados no Bloco Exploratório PN-T-68, conforme Contrato de Concessão nº 486100001418/2008-48 ("Campos de Gavião Real e Gavião Azul").

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme, individual e não solidária, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme, da OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A." ("Contrato de Distribuição"), com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador

06
1

Líder, "Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

5.2 *Subscrição.* No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estarem cientes que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

5.3 *Plano de Colocação e Procedimento de Distribuição.* Os Coordenadores organizarão a colocação das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476 ("Plano de Colocação"), conforme previsto no Contrato de Distribuição, o qual será fixado mediante os seguintes termos:

- I. serão considerados Investidores Qualificados: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- II. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, rádio, televisão, e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
- III. o público alvo da Oferta é composto exclusivamente por Investidores Qualificados;
- IV. somente será permitida a procura, pelos Coordenadores, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
- V. as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
- VI. os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nos incisos IV e V acima;
- VII. não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial e estratégica dos



07
11

Coordenadores e da Companhia, observado, entretanto, que os Coordenadores (i) comprometem-se a direcionar a Oferta para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observará os limites descritos nos incisos IV e V acima;

- VIII. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Também não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário;
- IX. não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em subscrever ou adquirir Debêntures no âmbito da Oferta; e
- X. serão atendidos os clientes dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, desde que tais investidores sejam considerados Investidores Qualificados e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

5.4 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do SDT.

5.5 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definida na Cláusula 6.17 abaixo, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.12 abaixo) até a Data de Integralização.

5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Companhia, dos itens do artigo 17 da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão pública de debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Oferta.* O valor total da Oferta será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na Data de Emissão.



- 08
Y
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"), devendo ser observado o disposto no artigo 4º, inciso II da Instrução CVM 476.
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Instituição Escrituradora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escrituradora").
- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* Observada a Cláusula 6.13 abaixo, as Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, nem especificando bens para garantir eventual execução, com garantia fidejussória, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.11 *Fiança OGX.* A Fiadora, neste ato, obriga-se, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e responsável por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil
- Q



09
1

Brasileiro, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão (inclusive honorários advocatícios) ("Fiança OGX").

6.11.1 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança OGX, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos nos termos desta Escritura de Emissão. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas.





6.11.2 A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Companhia por qualquer valor honrado pela Fiadora, nos termos da Fiança OGX após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.11.3 Em 30 de setembro de 2011, o patrimônio líquido da Fiadora era de R\$9.094.367 mil, suficiente para quitar o saldo devedor das Debêntures em caso de inadimplência da Companhia.

6.12 *Fiança MPX.* Não obstante a Cláusula 6.11 acima, a MPX Energia S.A., companhia com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Mahatma Gandhi nº 14, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.423.567/0001-21 ("MPX"), se comprometeu, conforme o Contrato de Distribuição a, até 31 de maio de 2012, a submeter a aprovação e constituir fiança correspondente a 1/3 (um terço) do pagamento de todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 6.11 acima.

6.12.1 As Partes reconhecem e concordam que quando da constituição da fiança da MPX, o valor da Fiança OGX ora outorgada pela OGX será reduzido mediante aditamento a esta Escritura de Emissão, passando a Fiança OGX a garantir tão somente 2/3 (dois terços) do pagamento de todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, conforme a Cláusula 6.11 acima, reservado expressamente à Fiadora o benefício do artigo 829 do Código Civil.

7

- 6.12.2 A constituição da fiança da MPX e a redução da Fiança OGX será objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, ficando desde já a Companhia e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento sem a necessidade de aprovação societária (exceto pela aprovação societária da MPX) ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.
- 6.13 *Alienação Fiduciária ou Penhor.* Até 31 de maio de 2012, a Fiadora e a MPX se comprometeram a submeter à aprovação e constituir alienação fiduciária em garantia ("Alienação Fiduciária") ou penhor ("Penhor") de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora, a ser compartilhada com o Morgan Stanley Bank, N.A., em garantia do integral e pontual pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos do *Credit Agreement* e de todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, proporcionalmente aos seus respectivos saldos devedores e na forma do contrato de Alienação Fiduciária ou do instrumento de constituição de Penhor, que será celebrado para este fim entre a Emissora, a Fiadora, a MPX e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e, também, como agente de garantia para fins do referido compartilhamento.
- 6.14 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 13 de janeiro de 2012 ("Data de Emissão").
- 6.15 *Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures vencerão em 13 de janeiro de 2014 ("Data de Vencimento").
- 6.16 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos, em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.17 *Remuneração.* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado; e
 - II. *juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrupo, expressa na forma percentual ao ano – base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e



cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento de Remuneração até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração será paga semestralmente nos dias 13 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 13 de julho de 2012 e o último na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor unitário dos juros, devido na data de seu efetivo pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



12

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{t}{252}} - 1$$

onde,

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde,

$\text{spread} = 2,3000$; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro;

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

6.17.1 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI*. Observado o disposto na Cláusula 6.17.2 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de



Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.17.2 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, automaticamente, em substituição à Taxa DI, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares às Debêntures. Caso não haja uma taxa substituta para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias acima, assembleia geral de debenturistas para que os Debenturistas possam definir, de comum acordo com a Companhia, o novo parâmetro a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração do Fator Juros, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas, quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures.

6.17.3 Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Companhia a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- I. a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última taxa DI_k disponível; ou



- II. a Companhia deverá promover a amortização de todas as Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, com sua consequente quitação e cancelamento, observado que (a) caso a Companhia pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em circulação até o efetiva quitação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Companhia para amortização e até a integral quitação das Debêntures em circulação, as Debêntures em circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas, e apresentada à Companhia na assembleia geral de Debenturistas da prevista acima.

6.18 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.19 *Oferta de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

6.19.1 A Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.28 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (b) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (c) a forma de manifestação dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (d) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado. A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência encaminhada pela Companhia com o de acordo do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização da Oferta de Resgate Antecipado;

6.19.2 Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, caso a totalidade dos Debenturistas optem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, estes deverão se manifestar nesse sentido para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Após esse prazo, a Companhia terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures em circulação, sendo vedado o resgate parcial das Debêntures; e



16
1

6.19.3 O valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.

6.20 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto (i) no artigo 13 da Instrução CVM 476, (ii) no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e (iii) nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação. Na hipótese de cancelamento de Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão.

6.21 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.22 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.23 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.24 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta

Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

- 6.25 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.26 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 6.27 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.27.1 e 6.27.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso X abaixo, dos Encargos Moratórios), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- I. pedido de auto-falência, pedido de falência formulado por terceiros não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, da Fiadora, da MPX e/ou de qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora ("Controladas");
 - II. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, por qualquer uma de suas Controladas ou pela Fiadora ou MPX, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
 - III. alienação, prestação de garantia a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora ou da Fiadora, desde que tais garantias não sejam estendidas aos debenturistas;

f
Q

1
CONSTITUIÇÃO
PLANNER

- 17
- IV. caso a Alienação Fiduciária ou o Penhor não seja devidamente constituído dentro do prazo estabelecido na Cláusula 6.13 acima;
 - V. subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida da Emissora, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
 - VI. liquidação, extinção ou dissolução da Emissora, de qualquer uma de suas Controladas, da Fiadora ou MPX;
 - VII. cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Emissão, sem a observância de seus termos;
 - VIII. sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade de qualquer documento referente à Emissão;
 - IX. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, e que não seja objeto de ação rescisória;
 - X. não pagamento de qual(is)quer valor(es) devido(s) pela Emissora ou pela Fiadora aos Debenturistas nas datas previstas, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data devida;
 - XI. inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão (e na Alienação Fiduciária ou no Penhor, quando formalizados) não sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis da data em que deveria ter sido cumprida;
 - XII. vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou obrigações financeiras da Emissora, de qualquer uma de suas Controladas em montantes individuais ou agregados, iguais ou superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou da Fiadora ou da MPX em montantes individuais ou agregados, iguais ou superiores a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - XIII. falta de cumprimento por parte da Emissora, por qualquer uma de suas Controladas ou por parte da Fiadora ou da MPX, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Emissora e da Fiadora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações nesta Escritura de Emissão;
 - XIV. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de qualquer autorização, concessão, alvará e/ou licença relevantes para o regular exercício das atividades da Emissora e/ou Controladas;



18

- XV. ocorrência de qualquer das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;
- XVI. descumprimento pela Emissora da destinação dos recursos obtidos na Emissão, nos termos da Cláusula 4 acima;
- XVII. transferência dos ativos da Companhia representados pelos Campos de Gavião Real e Gavião Azul;
- XVIII. desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de entidade governamental que resulte na incapacidade da gestão de seus negócios ou que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Emissora e da(s) Fiadora(s) de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações nesta Escritura de Emissão;
- XIX. caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão sejam falsas ou incorretas;
- XX. protesto de títulos contra a Emissora, qualquer uma de suas Controladas ou a Fiadora ou MPX e que não sejam sanados ou sustados no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do referido protesto, pela Emissora, pela Fiadora ou MPX ou Controladas, conforme o caso, cujos valores individuais ou agregados sejam iguais ou superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) aplicável à Emissora ou suas Controladas, e de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no caso da Fiadora ou MPX, ou seu equivalente em outras moedas;
- XXI. ocorrência de qualquer sentença transitada em julgado, laudo arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante que verse sobre o pagamento em dinheiro de valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, aplicável à a Emissora ou suas controladas, e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, aplicável à Fiadora ou MPX, não sanado, contra a Emissora, qualquer uma de suas Controladas, a Fiadora ou MPX qualquer de seus bens, conforme aplicável, sem que haja liberação ou sustação com oferecimento de garantia ou caução em até 5 (cinco) dias contados da respectiva intimação ou citação;
- XXII. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XXIII. mudança, indireta, de controle acionário da Emissora, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- XXIV. ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária envolvendo a Emissora, qualquer uma de suas



Controladas ou a Fiadora ou a MPX, desde que implique em alteração de controle acionário indireto da Fiadora ou da MPX;

XXV. redução de capital social da Companhia, sem que haja prévia aprovação dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;

XXVI. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

XXVII. alteração, indireta, do controle acionário das Controladas pela Emissora, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto em razão da consolidação das operações divulgadas em Fatos Relevantes da Emissora ou de sua controladora até a presente data;

XXVIII. descumprimento de quaisquer das obrigações (*covenants*) da Fiadora nos termos da *Indenture*, datada de 3 de junho de 2011, celebrada entre a Fiadora, na qualidade de emissora, a OGX Petróleo e Gás Ltda. e a OGX Campos Petróleo e Gás S.A., na qualidade de garantidoras, Deutsch Bank Trust Company Americas, na qualidade de *trustee*, agente de pagamento, agente de transferência e registrar, e The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., como principal agente de pagamento ("Obrigações dos Bonds") e

XXIX. Vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, Fiadora, MPX ou de qualquer uma de suas Controladas, contraídas junto a qualquer empresa que faça parte do grupo econômico Itaú Unibanco S.A ou do grupo econômico Banco Santander (Brasil) S.A.

6.27.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos I a X, XII, XXI e XXIX da Cláusula 6.27 acima, observados os prazos específicos ali previstos, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ainda assim, obriga-se o Agente Fiduciário, assim que ciente, a enviar imediatamente à Companhia comunicação escrita informando tal acontecimento.

6.27.2 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.27.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.7 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo



previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e informar imediatamente à Companhia.

6.27.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar, e a Fiadora obriga-se a pagar, nas respectivas proporções, se o caso, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso X, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, pela Companhia ou pela Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento acima citado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.28 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Diário Mercantil", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.29 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A



21

OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A.
Praça Mahatma Gandhi nº 14, 3º andar
20031-100 Rio de Janeiro, RJ
At.: Pedro Rufino Carvalho
Telefone: (21) 2555 1827
Fac-símile: (21) 2555 4600
E-mail: pedro.rufino@ogx.com.br

OGX Petróleo e Gás Participações S.A.
Praça Mahatma Gandhi nº 14, 3º andar
20031-100 Rio de Janeiro, RJ
At.: Pedro Rufino Carvalho
Telefone: (21) 2555 1827
Fac-símile: (21) 2555 4600
E-mail: pedro.rufino@ogx.com.br

Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.
Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2628
Fac-simile: (11) 3078-7264
E-mail: vrodriques@plannercorretora.com.br

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano
01452-001 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-simile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

1



7

22
transmitidos podem extraviar ou ser interceptados e/ou acessados por terceiros não autorizados. O Agente Fiduciário não se responsabiliza pela segurança e/ou confidencialidade dos dados enviados para o Agente Fiduciário mediante o uso desses meios eletrônicos de comunicação, assim como não garante a efetiva recepção de tais dados.

7 OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DA FIADORA

7.1 A Companhia e, com relação aos incisos II(b), IV, V, VI e VIII abaixo, também a Fiadora, estão adicionalmente obrigadas a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua respectiva página na Internet (www.ogx.com.br), mediante ciência ao Agente Fiduciário, na mesma data em que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor. ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia")

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (b) imediatamente após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia ou pela Fiadora relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (c) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
- (d) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Companhia; e
- (e) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCERJA e no



23

cartório competente, em até 15 (quinze) dias contados da respectiva data de assinatura.

- III. informar o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e a CETIP sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- IV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a capacidade da Companhia e/ou da Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- V. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia, pela Fiadora e/ou por qualquer de suas Controladas;
- VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- VII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- VIII. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, sendo que as despesas acima de R\$10.000,00 (dez mil reais) devem ser previamente acordadas com a Companhia, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo;
- IX. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia;
- X. convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XI. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;



24
|

XII. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), ~~ho~~ que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente aos Coordenadores e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

7.2 A OGX obriga-se, ainda, a:

- (a) informar ao Agente Fiduciário, qualquer descumprimento das Obrigações dos Bonds estabelecidas no inciso XXVIII, da Cláusula 6.27 acima, imediatamente após a ocorrência de tal descumprimento, independentemente de qualquer renúncia (*waiver*) por parte dos titulares dos Bonds;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após a publicação das suas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 30 de junho e 31 de

25

- Q

26
1

- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28; e
- XI. não tem qualquer ligação com a Companhia e/ou com a Fiadora que o impeça de exercer suas funções

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia ou da Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia e da Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação



27

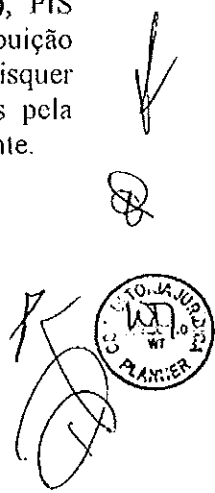
não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;

- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.28 e 6.29 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fará jus à seguinte remuneração, devida pela Companhia:

8.4.1. Parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias úteis após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas.

8.4.2. As parcelas de remuneração descritas acima serão faturadas pelo Agente Fiduciário acrescidas dos valores relativos aos impostos incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), incluindo quaisquer majorações das alíquotas ora existentes, sem prejuízo das retenções pela Emissora na fonte de tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.



- 8.4.3. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.
- 8.4.4. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das Debêntures; (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures; (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora; e (d) para a execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.
- 8.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido.
- 8.4.6. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento das obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.
- 8.4.7. A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.
- 8.4.8. Para fins da Cláusula 8.4.4 acima, entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
- 8.4.9. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente, conforme

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

4

Q



Handwritten signature and initials.

previsto em lei, ressarcidas pela Companhia e/ou pela Fiadora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários decorrentes de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Companhia e/ou da Fiadora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger, exceto se expressamente previsto de maneira diversa, os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e ~~prebo~~ emprega na administração dos próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e ~~demais~~ papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos ~~termos~~ da declaração prevista acima;
- VI. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou a Fiadora não o façam, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e da Fiadora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública,

8



cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;

- X. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia ou na Fiadora;
- XI. convocar, conforme previsto na Cláusula 9.3 abaixo, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas e enviar à Companhia, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação;
- XII. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIII. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou pela Fiadora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia ou pela Fiadora;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ou da Fiadora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
 - (f) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (i) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pela Fiadora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia e da Fiadora; e



- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede dos Coordenadores;
- XV. publicar, às expensas da Companhia e/ou da Fiadora, nos termos da Cláusula 6.28 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII. acompanhar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia e da Fiadora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Companhia ou pela Fiadora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e
- XX. calcular, em conjunto com a Companhia, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, e disponibilizá-lo diariamente aos Debenturistas, à Companhia e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.27 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente



Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas ou requerer a falência da Companhia e da Fiadora, se ainda não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia ou da Fiadora.

8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.27, 6.27.1 e 6.27.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II e III, se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso I, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunidade dos Debenturistas.

9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 2 (duas) vezes nos termos da Cláusula 6.28 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.



34
33

- 9.5 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações propostas pela Emissora, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da assembleia geral dos Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; (a) dos quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) das disposições estabelecidas nesta Cláusula; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.17.1 e 6.17.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) das garantias previstas nesta Escritura de Emissão; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado; ou (h) de qualquer Evento de Inadimplemento.
- 9.7 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia, à Fiadora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Companhia, da Fiadora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.
- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia e da Fiadora nas assembleias gerais de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....



Handwritten signature and a circular stamp of the Brazilian Securities Commission (CVM) with the text 'COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS' and 'CVM' in the center.

34

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DA FIADORA

10.1 A Companhia e a Fiadora neste ato declaram que:

- I. são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, inclusive, no caso da Fiadora, a Fiança OGX, tendo sido (e, quando da outorga da fiança da MPX e da constituição da Alienação Fiduciária ou do Penhor, estará) plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas, inclusive, no caso da Fiadora, a Fiança OGX, constituem (e, quando da outorga da fiança da MPX e da constituição da Alienação Fiduciária ou do Penhor, constituirá) obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia e da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e da Fiadora, em observância ao princípio da boa-fé;
- VI. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VII. as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- VIII. os documentos, informações e materiais informativos fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Companhia e da Fiadora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

- IX. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas, inclusive, no caso da Fiadora, a Fiança OGX, e a Oferta (a) não infringem (e, quando da outorga da fiança da MPX e da constituição da Alienação Fiduciária ou do Penhor, não infringirá) seu estatuto social; (b) não infringem (e, quando da outorga da fiança da MPX e da constituição da Alienação Fiduciária ou do Penhor, não infringirá) qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia ou a Fiadora seja parte e que possa afetar de forma material as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; (c) não infringem (e, quando da outorga da fiança da MPX e da constituição da Alienação Fiduciária ou do Penhor, não infringirá) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia ou da Fiadora que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; e (d) não resultarão (e, quando da outorga da fiança da MPX e da constituição da Alienação Fiduciária ou do Penhor, não resultará) em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia ou da Fiadora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- X. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia ou da Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XI. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia ou da Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XII. exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras ou no Formulário de Referência da Companhia ou da(s) Fiadoras, conforme o caso, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento



judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa ter um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia ou da Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou a Fiança OGX (ou a fiança da MPX e da Alienação Fiduciária ou o Penhor, quando devidamente constituído); e

XIII. não há qualquer ligação entre a Companhia, a Fiadora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

10.2 A Companhia e a Fiadora, assim que ciente, comprometem-se imediatamente a notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes e que possam ter um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia ou da Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia e da Fiadora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária, do Banco Mandatário e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures ("Despesas").

11.2 A Companhia obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.

12. RENÚNCIA

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia ou da Fiadora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia e pela Fiadora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



37
1

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil Brasileiro"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer Cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quanto à negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 14.3 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Companhia, pela Fiadora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Companhia e da Fiadora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia e da Fiadora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 14.4 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.
- 14.5 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim



Handwritten signature and a circular stamp. The stamp contains the text 'QUADRO DE PLANEJAMENTO' and 'PLANEJAMENTO'.

deliberado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral.

14.6 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

14.7 O Agente Fiduciário responderá pelos prejuízos que causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência, dolo ou administração temerária, desde que arbitrados em juízo por sentença transitada em julgado, da qual não caibam recursos em qualquer instância.

15. FORO

15.1 Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2012.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes.)



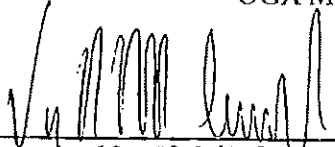


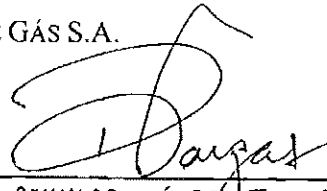




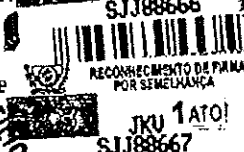
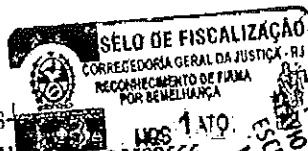
Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., celebrada em 9 de janeiro de 2012 entre a OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Página de Assinaturas 1/4.

OGX MARANHÃO PETRÓLEO E GÁS S.A.


Nome: JOSÉ ROBERTO FAVERET
Cargo: DIRETOR


Nome: REINALDO JOSÉ BELOTTI VARGAS
Cargo: DIRETOR

130 OFÍCIO DE NOTAS - DENUNDO - FERNANDA DE FREITAS LEITAO
Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - Tel: (021)3052-8989
RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
JOSE ROBERTO FENHA CHAVES FAVERET CAVALCANTI; REINALDO JOSE BELOTTI VARGAS
SELO(S): SJJ88666 A SJJ88667
Rio de Janeiro 10 de Janeiro de 2012
FUNPERJ:0,42 FUNDEPERJ:0,42 EETJ:1,72 EMB:8,66 TOTAL: 11,22
Em Testemunho
C65 - FLAVIO DE SOUZA SOARES THOMAZ - 9472423



1º OFÍCIO DE NOTAS
FLAVIO SOUZA SOARES THOMAZ
ESCREVENTE AUTORIZADO
MATRICULA 94-12423

1º OFÍCIO DE NOTAS
FLAVIO SOUZA SOARES THOMAZ
ESCREVENTE AUTORIZADO
MATRICULA 94-12423

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: OGX MARANHÃO PETRÓLEO E GÁS S/A
Nire: 33.3.0030037-0
Protocolo: 00-2012/005070-6 - 1001/2012
12/01/2012, E O REGISTRO DO COMÉRCIO
E DATA ABAIXO.
ED33000301-9/000
DATA: 12/01/2012
Válida para: SERA
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: OGX MARANHÃO PETRÓLEO E GÁS S/A

Nire: 33.3.0030037-0

Protocolo: 00-2012/005070-6

CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB C.N.

ED33000301-9/000

DATA: 12/01/2012

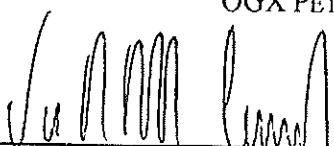
Válida para: SERA
SECRETARIA GERAL

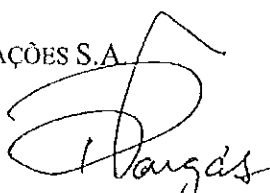


40

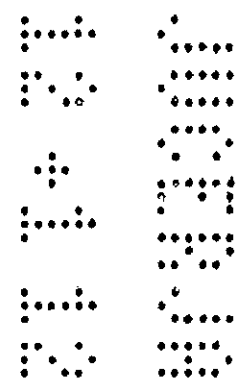
Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., celebrada em 9 de janeiro de 2012 entre a OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Página de Assinaturas 2/4.

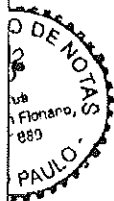
OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: JOSÉ ROBERTO FAVERET
Cargo: DIRETOR JURÍDICO


Nome: REINALDO JOSÉ BELOTTI VARGAS
Cargo: DIRETOR DE PRODUÇÃO

130 OFÍCIO DE NOTAS - UENPAU - FERNANDA DE FREITAS LEITAO
Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - Tel: (021)3852-8989
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
JOSE ROBERTO PENNA CHAVES FAVERET CAVALCANTI; REINALDO JOSE BELOTTI VARGAS
SELL(S): SJJ88668 a SJJ88669
Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 2012
SUPERJ: 0,42 FUNDATERA: 0,99 FETI: 7,22 FETD: 8,64 TOTAL: 11,22
Eo Testemunho da
085 - FLAVIO DE SOUZA SOARES THOMAZ - 94-12423





Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., celebrada em 9 de janeiro de 2012 entre a OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Página de Assinaturas 3/4.



PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Viviane Rodrigues
Cargo: Diretora

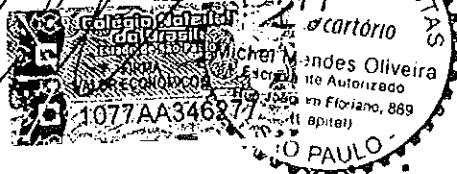


Nome: Flávio D. Aguetoni
Cargo: Procurador

Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-913 - fone: 11 3078-1836
ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

Reconheço por semelhança as firmas de: (1) VIVIANE APAKECIDA RODRIGUES AFONSO
e (1) FLAVIO DANIEL AGUETONI, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 10 de janeiro de 2012.
En Teste da verdade. Cód. 1-1227860609241432426620-55503

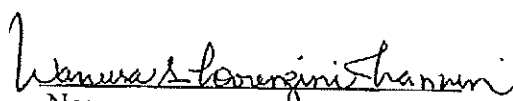
MICHEL PERDES OLIVEIRA - Escrevente (010 2 TOTAL R\$ 12,00)
Selo(s): 2 Atos: 1077AA-0346277
O Presente ato somente é válido com selo de autenticidade.



12
1

Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., celebrada em 9 de janeiro de 2012 entre a OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Página de Assinaturas 4/4.

Testemunhas:

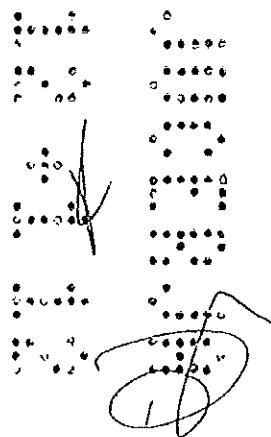


Nome: **Wanusa Trannin**
Id.: **RG: 1.081.746**
CPF: **087.720.247-90**



Nome: **FÁBIO WERNECK DE MENDONÇA**
Id.: **020.293.925-2**
CPF: **101.987.197-01**





P

